

De comerciante ao "mais rico e poderoso vassalo de Portugal no Brasil": A trajetória de ascensão social de Joaquim Vicente dos Reis

Mariana Gonçalves Guglielmo *

Resumo

Em 1804, o tenente-coronel Manuel Martins do Couto Reis apontava Joaquim Vicente dos Reis, proprietário da fazenda dos Jesuítas em Campos dos Goitacases desde 1781, como o “mais rico e poderoso vassalo de Portugal no Brasil”. Antes de se tornar senhor de terras, porém, Vicente dos Reis fôra comerciante: inicialmente em Sacramento e a partir de 1777 no Rio de Janeiro. Como outros indivíduos, nossa personagem abandonou sua terra de origem em busca de riqueza na América. Conseguiu, no entanto, mais do que apenas fortuna e coroou sua carreira mercantil com o almejado “título” de senhor de engenho e prestigiosas honrarias régias. O objetivo é, portanto, compreender como nosso protagonista explorou as possibilidades que suas posses e as necessidades da Coroa lhe franqueavam, numa prática muito efetiva, ainda que nem sempre de acordo com a norma.

Palavras-chave: trajetória, ascensão social, comerciante.

Abstract

In 1804, the lieutenant-colonel Manuel Martins do Couto Reis mentioned Joaquim Vicente dos Reis, owner of the former Jesuitical farms at Campos dos Goitacases since 1781, as a “richest and must powerful vassal of Portugal in Brazil”. However, before he became a great land owner, Vicente dos Reis was a merchant: first at Sacramento and later at Rio de Janeiro. Like others individuals, our figure left his birthplace in search for wealth in America. But he achieved more than only fortune and crowned his merchant career with the desired title of sugar mill owner and prestigious honors. Our objective in this paper is to understand how our character explored the possibilities that his possession and the needs of Crown gave him, in a very efficient way.

Keywords: biography, social mobility, merchant.

Em 1799, o Vice Rei, Conde de Resende, em um ofício a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, defendia a conservação da Fazenda de Santa Cruz aos bens da Coroa listando suas inúmeras vantagens e possibilidades econômicas. Em seu documento, mencionava o fato de outra propriedade jesuítica, situada em Campos dos Goitacases, ter sido vendida pela “quarta parte de seu justo valor” e o seu arrematante, Joaquim Vicente dos Reis, ter se tornado reputado no continente por ser o mais estabelecido e rico vassalo deste, uma vez que lucrava por ano mais de 100 mil cruzados¹.

A fazenda de Santa Cruz não foi levada a leilão como temia o Conde de Resende e ele mesmo designou o tenente-coronel Manuel Martins do Couto Reis, cinco anos depois, para

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof. Dra. Sheila de Castro Faria. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – Brasil.

¹ AHU, códice Rio de Janeiro avulsos, cx. 175, doc. 12892.

atuar como administrador dela. Couto Reis, por sua vez, ao elaborar uma memória sobre esta propriedade fez também questão de atentar, ainda que em nota, que com a compra da Fazenda dos Jesuítas situada em Campos dos Goitacases², um certo Joaquim Vicente dos Reis havia se constituído no “mais rico e poderoso vassalo de Portugal no Brasil” (REIS, 1863, p. 155).

Provavelmente o fato de Couto Reis ter mapeado e descrito a região campista em 1785 contribuiu para que chegasse a esta conclusão. Afinal, foi durante essa empreitada que pode constatar que a propriedade de Joaquim Vicente dos Reis possuía 1482 escravos, sendo 51,6% deles crianças, além de ter em suas terras 65 arrendatários, números muito superiores aos de todos os outros 1488 indivíduos listados neste levantamento. Cabe-nos, portanto indagar quem era e como Vicente dos Reis tornou-se uma personagem de destaque na sociedade colonial.

Nascido no ano de 1739 na freguesia do Monte Sinai, patriarcado de Lisboa, Joaquim Vicente dos Reis cedo rumou para Sacramento, onde seu tio João Francisco Vianna já estava estabelecido. Vianna deixara Portugal para residir na América com cerca de 15 anos, em 1733; vinte anos depois, vivia “abastadamente” como comerciante na Colônia de Sacramento. Jorge Pedreira demonstra, em estudo sobre os negociantes de Lisboa, que a maioria das pessoas que saíam de Portugal era remetida a conhecidos ou parentes para se tornar inicialmente caixeiros de um homem de negócio ou exercer um ofício mecânico, como nosso protagonista (PEDREIRA, 1995, p. 218). Para compreendermos a trajetória de Vicente dos Reis, portanto, devemos também examinar a vida de seu tio, importante referência para nossa personagem, e lembrar que na sociedade de Antigo Regime, os laços familiares desempenhavam um papel crucial na posição social dos indivíduos.

A boa reputação e o cabedal de João Francisco Vianna (que no ano de 1772 somava 30 mil cruzados) constituíram-se em atributos que lhe permitiram a posição de familiar do Santo Ofício³ (KÜHN, 2006, p. 345). Daniela Calainho aponta, em seu trabalho *Agentes da Fé*, que a obtenção da Carta da familiatura por si só era um símbolo de ascendência limpa e sinônimo de honra e *status* social. Como os comerciantes já possuíam cabedal, faltava-lhes o enobrecimento; a autora atenta também para o fato de que o cargo de familiar minorava o estigma inerente à atividade comercial (CALAINHO, 2006, p. 97).

O comércio era, aliás, uma atividade fundamental para Sacramento. Fabrício Prado lembra-nos, ao estudar o extremo Sul da América Portuguesa, que apesar de a Colônia ser

² Conhecida também como Fazenda do Colégio ou Fazenda da Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio.

³ Agradeço a Fabio Kunh por ter me passado o processo de familiatura de João Francisco Vianna.

uma zona marcada por guerras, avanços e recuos territoriais significativos, o comércio na região não apresentava semelhante instabilidade na primeira metade do século XVIII. Este foi, ao contrário, um período em que Sacramento teria alcançado o ápice de seu desenvolvimento e do seu crescimento populacional. O autor destaca que o comércio se constituía na “razão de ser primordial do núcleo urbano luso platino” e elemento dinamizador da região. Desta forma, Prado acredita que, antes de ser associada a “um ninho e contrabandistas”, Sacramento deve ser vista como uma “cidade de comerciantes”⁴ (PRADO, 2002, p. 189).

Segundo este autor, como não existia Câmara nem sesmeiros em Sacramento, pertencer a uma irmandade e ocupar um cargo militar eram duas das principais vias para que indivíduos se destacassem na sociedade local. Levando em consideração esses argumentos, constatamos que Vianna deveria gozar de certa importância na Colônia, pois antes de se tornar um familiar, pertencia à irmandade do Santíssimo Sacramento, caracterizada por ser composta pelos habitantes mais destacados da localidade. A inexistência de uma Câmara também possibilitava uma centralização do poder nas mãos do governador; conseqüentemente, boas relações com esta autoridade poderiam gerar vantagens e facilitar estratégias. Além disso, a estrutura administrativa local dependia de adiantamentos dos homens de negócio de Sacramento, os quais, ao financiar o aparelho estatal, conseguiam benefícios e mercês⁵. Vianna se inseriu nesse mecanismo, assim como, posteriormente, Vicente dos Reis, denotando um aspecto importante da atuação política de ambos.

Em 1777, explode uma nova guerra diante da tomada espanhola da Ilha de Santa Catarina e da Colônia de Sacramento, cujo resultado foi a passagem definitiva da Colônia para o domínio espanhol. Por esta razão, nosso protagonista chega ao Rio de Janeiro neste mesmo ano e estabelece uma casa de negócio, momento mais que propício para aportar por estas terras, se pararmos para pensar sobre a importância do Rio como praça mercantil no século XVIII. Segundo João Frago e Manolo Florentino, já na primeira metade dos setecentos as formas de acumulação mais marcadamente mercantis e os grupos sociais que estavam inseridos neste ramo começam a ganhar espaço⁶. Isto porque, embora a corrida do ouro para Minas Gerais tenha causado “a perda de população e de cabedais”, proporcionou

⁴ Para um trabalho que enfatiza mais a importância do contrabando, ver POSSAMAI, 2001.

⁵ PRADO, Fabrício P. “A Colônia e a Banda Oriental Portuguesa”, artigo inédito gentilmente cedido pelo autor.

⁶ Em estudo posterior Antonio Carlos Jucá de Sampaio confirmou que o surgimento de uma elite mercantil carioca se deu em finais do século XVII. Cf. SAMPAIO: 2003.

por outro lado o incremento da atividade mercantil no Rio de Janeiro, uma vez que o comércio carioca era o responsável pelo abastecimento de escravos daquela capitania. No final do século XVIII e início do XIX, a elite mercantil carioca desempenhava um papel fundamental e seria ela a responsável pela reiteração da economia colonial⁷ (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001, p. 78).

Comentando o trabalho desses dois historiadores, Stuart Schwartz atenta para a necessidade de entender esse processo de fortalecimento sociopolítico dos comerciantes também como resultado da política de recuperação econômica realizada pelo Marques de Pombal, pois este secretário de Estado procurou se livrar da dominação estrangeira no comércio luso-brasileiro apoiando os comerciantes portugueses e brasileiros, ainda que tenha concentrado o comércio nas mãos de uma pequena e enriquecida minoria de negociantes (SCHWARTZ, 1999, p. 131). É necessário frisar ainda que o Rio de Janeiro tornou-se sede do vice-reinado, consagrou sua situação de grande porto e passou a ter papel central na reprodução da economia escravista da região Sudeste também durante a administração pombalina⁸ (CARDOSO, 1990, p. 89-107).

Dois anos após a sua chegada, provavelmente com o intuito de consolidar sua rede mercantil, Vicente dos Reis casou-se com Dona Josefa Bernardina do Nascimento, filha do comerciante José Vaz Caldas, que atuava na praça carioca desde 1753 (CAVALCANTI: 2005, p. 71). Interessante notar que o casamento das três filhas de Vicente dos Reis e D. Josefa também revela a combinação de diversas estratégias com sentidos distintos, mas complementares, já que seus matrimônios foram selados com um comerciante, com um primo e com um nobre titulado reinol (CASTRO, 1944, p. 283-305).

Em 1781, ao oferecer 20:000\$000 sobre a quantia de 187:953\$130 em que a Fazenda do Colégio, situada em Campos dos Goitacases, era estimada, Vicente dos Reis arremata esta grande propriedade, juntamente com seu tio e com o comerciante da Bahia Manoel José de Carvalho⁹. Vale destacar que a compra da antiga propriedade dos jesuítas foi realizada quase que integralmente através de empréstimos de Letras da Fazenda Real. Os três arrematantes conseguiram 132 contos de réis com vários credores para aquisição da fazenda, o que significa que 70% de seu valor foi pago graças ao bom relacionamento e a confiança de que

⁷ Cf. também para uma exposição documentada e mais detalhada da argumentação dos autores: FRAGOSO: 1998 [1992], 2ª ed. revista e FLORENTINO: 1997. Sobre o comércio interno no Rio de Janeiro é essencial cf. BROWN: 1986.

⁸ Cf. também para uma contextualização político-administrativa do Rio de Janeiro, cf. BICALHO, 2003. Cf. também CAVALCANTI, 2004.

⁹ Sobre os comerciantes de Salvador neste período, cf. LUGAR: 1980.

certamente os três arrematadores desfrutavam com aqueles que possuíam o controle da liquidez, ou seja, o grupo mercantil. Fragoso ressalta que, como não havia instituições públicas ou privadas de crédito na colônia, o capital mercantil se tornava o grande fornecedor de empréstimos ao mercado. No entanto, esta hegemonia do capital mercantil não se revelaria apenas no Sudeste colonial, seria antes um fenômeno característico de mercados com traços não-capitalistas. Por conseguinte, o endividamento era comum, “um padrão geral”, e a economia funcionava através desses processos de “adiantamento/endividamento” (FRAGOSO, 1998, p. 241-255)¹⁰.

Aliás, Fragoso também aponta que esse capital foi o responsável pela rápida expansão da agricultura canavieira em Campos dos Goitacases. A pecuária, inicialmente a principal responsável pela ocupação territorial da região, dá espaço à cultura da cana-de-açúcar: a segunda metade do século XVIII é marcada sobretudo pelo desenvolvimento da atividade açucareira em Campos. Aliada a esta expansão, cresceu também a demanda por cativos na região.

Todavia, a entrada de Vicente dos Reis na sociedade “agrário-escravista” não significou o abandono de suas intenções “empresariais”, já que provavelmente nossa personagem permaneceu ligada ao comércio até o final de sua vida (PIÑEIRO, 2003), no mínimo em razão de suas relações familiares. Florentino e Fragoso ressaltam que a transformação de comerciantes em fazendeiros derivava sobretudo de um “forte ideal aristocratizante identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância em face do mundo do trabalho” (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001, p. 232).

Como senhor de uma propriedade que se destacava dentre as demais, Vicente dos Reis tornou-se logo um indivíduo proeminente em Campos. Sua riqueza chegou a incomodar o 5º Visconde de Asseca, o qual afirmou que, com tão grosso cabedal que vinha acumulando desde a morte de seus dois sócios, Vicente dos Reis se fazia “temível” e havia se tornado um “potentado daquele distrito”¹¹. André Figueiredo Rodrigues utiliza o conceito de potentado para caracterizar indivíduos que, à revelia da lei, comandavam o poder econômico e político de uma determinada região e mandavam em um local como se fossem “seus verdadeiros donos” (RODRIGUES, 2003, p. 265); acreditamos ser este também o sentido utilizado pelo Visconde¹².

¹⁰ Especificamente sobre crédito no mundo luso-brasileiro, cf. SAMPAIO, 2003, pp. 276-312; ROCHA, 1996, pp. 579-98 e 1998, pp. 91-115.

¹¹ AHU, cód. Rio de Janeiro Avulsos, cx. 178, doc. 13026.

¹² Cf. também RODRIGUES, 2002.

Nossa personagem, porém, podia utilizar sua “potência” na localidade para barganhar com o centro político. Na sociedade do Antigo Regime, o sistema de recompensas era uma forma de criar laços entre o rei (centro) e súditos (periferia) e de manutenção do Império colonial, pois, segundo Fernanda Olival, era preciso o incentivo do prêmio para que os vassalos servissem à Coroa. Assim, dentro de uma lógica do *dom*, o monarca concedia a seus súditos benesses, privilégios e honras, em recompensa a serviços realizados em benefício da Coroa. Os súditos, por sua vez, valorizavam as mercês porque elas reforçavam sua própria posição social, tornando-os superiores frente ao restante da sociedade, munindo-os de privilégios e de um capital simbólico que legitimava seu papel de destaque na sociedade local.

A partir de meados do século XVIII, honra e fortuna estavam cada vez mais próximos, de modo cada vez mais explícito. Olival destaca que “face aos prenúncios de guerra, os cabedais eram escassos (...); o Estado acabava por pagar com honras os vassalos porque não tinha meios remunerativos mais vantajosos e flexíveis” (OLIVAL, 2001 p. 274). Não por acaso Vicente dos Reis sempre procurou enfatizar serviços como a concessão de empréstimos e donativos. Através desses e outros argumentos, alcançou o posto de Coronel de milícia em Campos. Como destaca Maria Beatriz Nizza da Silva em recente obra, *Ser nobre na Colônia*, os oficiais de milícia obtinham poder e diferenciação local, pois gozavam de nobreza e de diversos privilégios (SILVA, 2005, pp. 239-44).

A ocupação de cargos na Câmara e na Misericórdia também dava oportunidade aos atores do Antigo Regime se destacarem localmente. Segundo Boxer, essas duas instituições poderiam ser descritas como “os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa” que garantiam a unidade e a continuidade entre o Reino e seus domínios (BOXER, 2002, pp. 286). Pelo que sabemos, Joaquim Vicente dos Reis não ocupou cargos na Câmara da vila de São Salvador, mesmo porque aqueles que faziam parte das milícias não precisariam servir em cargos na administração concelhia, que eram ocupados basicamente pelos oficiais da ordenança (SILVA, 2005, pp. 243). No entanto, alguns documentos encontrados nos revelam a relação próxima que nossa personagem possuía com este órgão do poder local. Já em relação à recém-fundada Santa Casa de Misericórdia em Campos, Vicente dos Reis teve papel ativo, provavelmente até mesmo em sua fundação. Desde o trabalho pioneiro de Russell-Wood, a historiografia enfatiza que as Misericórdias eram instituições de considerável importância para as elites locais e se destacavam não só por seu papel de assistência e caridade, mas também como fonte de crédito. A Santa Casa era também no Brasil um espaço de afirmação das elites locais; não por acaso, os provedores em geral eram escolhidos dentre os ricos comerciantes e homens mais influentes (RUSSELL-WOOD, 1981).

Mas faltava ainda um título que desse ao nosso vassalo o reconhecimento em todo o Império. Ciente disso, requereu em 1799 o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, o mais cobiçado dentre as três ordens militares. Porém, o parecer do Conselho Ultramarino, fundamentado na reforma de 1789, alegava que Vicente dos Reis não possuía serviços relevantes o suficiente para a obtenção da Cruz tomarense. Esta reforma, ocorrida no reinado de D. Maria I, reestruturou as três Ordens militares e estabeleceu uma relação entre os serviços prestados e cada uma delas. Assim, o hábito de Avis ficara destinado aos militares, mesmo quando despachados a serviços de outro tipo. A insígnia de Santiago era destinada aos que serviam na magistratura e, por fim, o hábito de Cristo ficava reservado àqueles que ocupavam os maiores postos nos cargos políticos, militares e civis. Olival acrescenta, no entanto, que esta linha divisória não era tão rigorosa, tanto é que se estabeleciam algumas exceções com relação, por exemplo, ao hábito de Santiago adicionando que poderiam ser contemplados com a ordem “aqueles que parecessem dignos dela” (OLIVAL, 2001, p. 490). Provavelmente por esta razão o conselho recomendava este hábito a Vicente dos Reis o qual por sua vez não professou, embora tivesse recebido uma portaria do Ministro Secretario do Estado de Negocio do Reino, José Seabra da Silva, que lhe dava o direito de usar a insígnia¹³. Vicente dos Reis insistia na solicitação do hábito de Cristo¹⁴, que recebeu em 1801¹⁵, sendo inclusive dispensado das provanças¹⁶. É inegável que nossa protagonista conseguiu seu intento de ser reconhecido tanto localmente quanto pelo Centro. No entanto, nem todos os comerciantes obtiveram sucesso no além-mar, afinal “a riqueza por si só não possibilitava necessariamente prestígio” (FARIA:1998:286). Muito provavelmente os que fracassaram não tiveram o mesmo “tino administrativo” (LAMEGO:1941:299) e a mesma sorte de nossa personagem. Ou talvez simplesmente não souberam criar estratégias de atuação em campos tão diversos como Joaquim, o que creio, foi essencial para seu êxito no Ultramar.

Fontes manuscritas:

CONSULTA do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I], sobre o requerimento de Joaquim Vicente dos Reis, solicitando a mercê do hábito da Ordem de Cristo, em lugar da de Santiago da Espada que já possui.

Obs.: resolução do príncipe regente D. João; anexo parecer, requerimentos, recibo

¹³ Cf.: AHU, cód. Rio de Janeiro Avulsos, cx. 171, doc. 12659. Tal situação, antes impensável, só foi possível graças à banalização dos hábitos das ordens militares no final do século XVIII.

¹⁴ Cf. AHU cód. Rio de Janeiro Avulsos, cx.183, doc. 13116 e doc. 13353.

¹⁵ ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Dona Maria I. L. 32, f. 157.

¹⁶ ANTT, HOC, letra J, maço 66, número 86.

AHU, Rio de Janeiro avulsos, Cx. 171, D. 12659.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Resende, [D. José Luís de Castro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, defendendo a manutenção da Fazenda de Santa Cruz nos bens da Coroa; enumerando as suas riquezas e potencialidades; recordando que a venda das terras que foram confiscadas aos jesuítas foram feitas de forma precipitada e pela quarta parte do seu valor, como aquela adquirida por Joaquim Vicente dos Reis.

AHU, Rio de Janeiro avulsos, Cx. 175, D. 12892.

REQUERIMENTO do alferes da Ordenança [da vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes] e senhor de engenho Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio, Joaquim Vicente dos Reis, ao príncipe regente [D. João], solicitando o hábito da Ordem de Cristo com a respectiva tença.

Anexo: aviso, provisão (cópia), certidões, instrumento em pública forma.

AHU, Rio de Janeiro avulsos, Cx. 179, D. 13116.

REQUERIMENTO do capitão Joaquim Vicente dos Reis ao príncipe regente [D. João], solicitando o hábito da Ordem de Cristo em remuneração dos serviços.

Anexo: instrumento em pública forma.

AHU, Rio de Janeiro avulsos, Cx. 183, D. 13353.

Bibliografia:

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português, 1415-1822* (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1969]

BROWN, Larissa V. *Internal Commerce in a colonial economy*. Rio de Janeiro and its hinterland, 1790-1822. Tese de doutorado em História. Virgínia: University of Virgínia, 1986.

CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da Fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. Bauru: EDUSC, 2006.

CASTRO, Manoel Vianna de. “O coronel Joaquim Vicente dos Reis e sua descendência” In: *Revista Genealógica Brasileira*, n. 10. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1944, pp. 283-305.

CAVALCANTI, Nireu. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista” in: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. “A crise do colonialismo luso na América Portuguesa 1750-1822” in: LINHARES, Maria Yedda L. (coord.). *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 89-107.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquias na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 [1992].

_____. "Crédito Privado Em Lisboa Numa Perspectiva Comparada (Séculos XVII e XIX)" *Análise Social*, v. 33, n. 145, 1998, pp. 91-115.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

LAMEGO, Alberto. *A Terra Goitacá*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1941, Vol IV.

LUGAR, Catherine. *The Merchant Community of Salvador, Bahia. 1780-1830*. Tese de doutorado em História. Nova Iorque: State University of New York, 1980.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

PEDREIRA, Jorge M. V. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*. Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Dissertação de doutoramento em Sociologia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995, p. 218.

PIÑEIRO, Théo Lombarinhas. "A construção da autonomia: o corpo de comercio no Rio de Janeiro". In: *Anais Eletrônicos do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

POSSAMAI, Paulo. *O Cotidiano da Guerra: a vida na Colônia do Sacramento (1715-35)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

PRADO, Fabrício P. *A Colônia do Sacramento - o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Fabrício Pereira Prado, 2002.

REIS, Manuel Martins do Couto. "Memória sobre a fazenda de Santa Cruz". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 17. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1863.

ROCHA, Maria Manuela da. "Actividade Creditícia Em Lisboa (1770-1830)" *Análise Social*, v. 31, ns. 136-137, 1996.

_____. "Crédito Privado Em Lisboa Numa Perspectiva Comparada (Séculos XVII e XIX)" *Análise Social*, v. 33, n. 145, 1998, pp. 91-115.

RODRIGUES, Andre Figueiredo. "Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses" *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 46, 2003.

_____. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: EdUnB, 1981 [1968].

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de Sampaio. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 – c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. "A Produção Política da Economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio De Janeiro, 1650-1750)" *Topoi*, v. 4, no. 07, 2003, pp. 276-312;

SCHWARTZ, Stuart B. "Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva" (trad.) *Economia e Sociedade*, n. 13, Campinas, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: EdUNESP, 2005.